



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Planejamento e Gestão

**UNIDADE:** Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Reclamação. Inadequação do sistema SIC.SP. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 150/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao IAMSPE, de número SIC em epígrafe, contendo reclamações sobre o atendimento do ente em Peruíbe.
2. O ente demandado apresentou informações pertinentes e, em recurso hierárquico, indeferiu o pedido diante dos esclarecimentos já prestados. Irresignado, o solicitante interpôs apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do caso concreto deixa claro não se tratar de pedido de acesso à informação, e sim de reclamação e pedido de providências, a desbordar do âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação - LAI, podendo ser encaminhada por meio da Rede Paulista de Ouvidorias, através do site [www.ouvidoria.sp.gov.br](http://www.ouvidoria.sp.gov.br).
4. Conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União, “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).
5. Nada impede, sendo mesmo salutar, que o ente público esclareça dúvidas sempre que possível, tendo sido esse o caminho trilhado. Inevitável, contudo, a conclusão de não haver respaldo na legislação vigente para recurso com base na LAI.
6. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 4º, I e II, e 10 da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de julho de 2017.

[Assinatura manuscrita]

**MARIA INÊS FORNAZARO**  
OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA

MKL